

SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO POR MEIO DE PARCERIAS ENTRE O ESTADO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

ALBIANE OLIVEIRA GOMES¹

Universidade Federal do Pará albiane11@hotmail.com

ANTONIOSOUSA ALVES²

Universidade Federal do Pará asalves2@gmail.com

TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS

Universidade Federal do Pará tefam@ufpa.br

RESUMO

Neste artigo discutimos os reflexos das parcerias público-privadas na qualidade do ensino nas escolas no estado do Pará, tendo como referência análise alguns resultados de pesquisas sobre parcerias público-privadas, desenvolvidas pelo Grupo Observe no âmbito do projeto Observatório de Gestão Democrática da Educação – OBSERVE, desde 1996 até os dias atuais. Utilizou-se de estudos bibliográfico e documental, com o objetivo de contribuir com o debate sobre tema tão relevante para a manutenção do papel primordial do Estado brasileiro que é a função social. Discorre-se sobre a conjuntura mundial que impulsionou a “reforma” do Estado brasileiro na década de 1990 com a criação do Programa de Publicização, o qual legitimou a incorporação de novos protagonistas na relação entre Estado, mercado e sociedade, induzindo a transferência para o setor privado de ações antes de competência legítima do Estado, destacando-se, nesse contexto, a parceria público-privada como via por excelência para minimizar as atividades do Estado no campo educacional. Enfatiza-se que esse espírito reformista de matriz neoliberal teve como substrato o discurso de ineficiência do Estado na alocação dos serviços sociais básicos, de forma que propôs tornar menos burocrático o aparelho estatal mediante a implantação de um novo modelo de administração pública: a gestão gerencial, que se caracteriza pela ênfase na Qualidade Total e pela busca de resultados por meio de avaliações do desempenho escolar. Conclui-se que, no estado do Pará, as parcerias público-privadas, via Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale e Itaú Social, materializadas nos programas “GN10”, “Amigos da Escola”, “Escola que Vale” e “Excelência em Gestão Educacional”, que se propunham a promover melhorias na qualidade da educação básica nos municípios paraenses, por meio da adoção de metodologias inovadoras de fortalecimento da gestão escolar, têm se constituído em ações incipientes no tocante a incrementar ações efetivas para a construção da gestão democrática nas escolas, na medida em que têm colaborado para o acirramento da responsabilização dos gestores e professores pelo sucesso ou insucesso da educação nesses municípios. No que se refere aos reflexos na qualidade da educação, os estudos mostram que, assentada na lógica empresarial, a questão da qualidade tem sido compreendida apenas como mecanismo de adaptação e ajuste ao mercado, privilegiando-

¹ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão - FAPEMA.

² Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão - FAPEMA. Produção financiada pelo IESMA/UNISULMA.

se apenas as dimensões técnica, gerencial e pragmática, mensuráveis por meio dos indicadores oficiais, em detrimento da qualidade numa perspectiva política, sociológica e crítica.

Palavras-chave: Público não-estatal. Qualidade da Educação. Organizações Sociais.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, de forma particular, as que orientam as determinações educacionais a partir da década de 1990 traduzem uma nova reconfiguração da relação entre o público e o privado. Assim, as políticas educacionais não são somente determinadas pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas são partes dessa mudança. No cenário brasileiro a atual política de educação representa os ideais do projeto de Reforma do Estado que tem por diagnóstico a perspectiva proposta pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via de que a crise estrutural e financeira se encontra no Estado (PERONI, 2001).

A reforma promovida pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado aponta para um sistema de administração gerencial através de um processo de controle social e da constituição do quase-mercado. A gestão gerencial entendida como um modelo de gestão que favorece o pragmatismo dos resultados tendo por base uma concepção empresarial pode apontar resultados mais eficientes na educação pública. Assim, os princípios da gestão gerencial invadem a esfera do público a partir das parcerias público/privado.

Com base nesse contexto de reconfiguração e de Reforma do Estado é que o terceiro setor é estimulado à participação na execução de políticas sociais. Assim, o terceiro setor passa a ser um agente de promoção e manutenção do bem estar social. Para Peroni (2006) o terceiro setor vem assumindo poder econômico/político e resumindo a ação do Estado diante das políticas públicas. O terceiro setor modifica a questão social quando repassa a responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, torna as políticas sociais focalizadas atendendo a grupos e ainda, promove uma descentralização administrativa que transfere competências sem os recursos necessários para sua execução (MONTÃO, 2005).

Com base nessas considerações o presente artigo objetiva discutir os reflexos das parcerias público-privadas na melhoria da gestão e da qualidade do ensino na realidade paraense, tendo como referência de análise as pesquisas empreendidas pelo Grupo de Pesquisa Observatório de Gestão Escolar Democrática – OBSERVE no âmbito do projeto Observatório de Gestão Democrática da Educação, no período de 1996 até os dias atuais, por meio de estudos bibliográfico e documental.

Destaca-se que as parcerias público-privadas efetivadas no estado do Pará via Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale e Fundação Itaú Social se propuseram promover melhorias na qualidade da educação básica nos municípios paraenses por meio da adoção de metodologias inovadoras de fortalecimento da gestão escolar.

Assim, encetamos nosso diálogo pondo em relevo as relações entre o movimento da Reforma do Aparelho do Estado da década de 1990 e as novas tensões que se apresentam na relação público/privado a partir da regulamentação do terceiro setor, pontuando as parcerias desenvolvidas na realidade paraense, objeto das pesquisas produzidas pelo Grupo de Pesquisa OBSERVE. Na sequência, refletimos sobre os desdobramentos das parcerias público-privadas na realidade paraense, pontuando suas implicações na gestão educacional e na qualidade do ensino. E, em seguida, tecemos nossas considerações finais.

2A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E A SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO POR MEIO DE PARCERIAS: os programas “GN10”, “Amigos da Escola”, “Escola que Vale” e “Excelência em Gestão Educacional”

A relação entre o público/privado vem sofrendo mudanças, particularmente a partir da década de 1990, com o movimento de reconfiguração do Estado capitalista. A crise vivida pelo capital suscitou, nesse contexto, novas estratégias de superação. Assim, a explosão da globalização de mercado, a definição do neoliberalismo como estratégia política e econômica, a reestruturação produtiva e Terceira Via são alguns exemplos de alternativas a crise do capital.

Para Peroni (2006) o capitalismo vive uma crise estrutural, assim como no contexto do pós-guerra as suas estratégias foram principalmente o fordismo/Keynesianismo nos países centrais e o fordismo/Estado desenvolvimentista nos países periféricos, no contexto histórico que emerge a partir da década de 1990 as estratégias do capitalismo para romper a crise, que é do capital, se dá pelo neoliberalismo, através da reestruturação produtiva, da globalização e da Terceira Via.

Com isso, o capital assume o caráter que o tempo histórico lhe impõe, atravessa o tempo, modifica a estrutura social e a própria existência do capitalismo. Há então um processo metabólico do capital, da organização do trabalho, em que a realidade social vai se redefinindo ou reconfigurando. Neste cenário, “[...] a natureza real e atual do capital não deve ser confundida com sua origem mais primitiva – o que é justamente um dos argumentos que fundamentam a discussão de Hayek sobre o capitalismo” (MELO, 2007, p. 199).

Outra discussão presente nesse cenário e que foi importante para redefinir o papel do Estado foi de que a crise fiscal é parte do movimento de crise do capital e não causadora da crise do capital como diagnosticado pelo neoliberalismo e pela Terceira Via. Como justificativa de que a crise estava no Estado e não no capital, o governo brasileiro apresentou a Reforma do Aparelho do Estado elaborado pelo MARE. Entre os seus teóricos e criadores destacamos Bresser Pereira (1997) ao sustentar que a origem da crise está no Estado e não no capital.

Nessa perspectiva, o Estado aparece como inoperante e incapaz de conduzir as questões econômicas. Assim, a transferência para o setor privado das atividades que podem ser controladas pelo mercado configura uma alternativa de saída para a crise. E, o Plano de Reforma do Estado, tendo por base esse diagnóstico, passa a racionalizar recursos diminuindo seu papel diante das políticas sociais.

Há um consenso entre os teóricos que defendem a terceira Via com os neoliberais de que a crise está no Estado, por isso não é uma crise do capital. Para os defensores dessa perspectiva o Estado efetivou gastos excessivos com políticas sociais e esse descontrole econômico provocou a crise fiscal. A diferença de pensamento das duas concepções se dá pela estratégia de superação da crise

adotada: para os neoliberais a saída da crise se dá pela privatização enquanto que para os teórico da Terceira Via a solução está no terceiro Setor.

Nessa perspectiva, o Terceiro Setor subtrai da sociedade civil uma característica que a ela é inerente, a de espaço público historicamente consolidado pelas lutas sociais. Assim, o Terceiro Setor se configura como um espaço que agrega organizações de atividades formais e informais, com ações voluntárias e individuais, formado por entidades que apresentam interesse político e econômico (MONTAÑO, 2005).

Nesse sentido, o Terceiro Setor estabelece significativas mudanças nas políticas sociais ao transferir a responsabilidade das questões sociais que, em essência são questões do Estado, para a sociedade civil. Esse processo resulta na diminuição da responsabilidade do Estado na oferta de políticas sociais universais e prima por uma estratégia de políticas focalizadas a determinados grupos. Soma-se a essas questões o princípio da descentralização administrativa tornando as políticas cada vez mais precarizadas, por se considerar que de imediato se transfere as responsabilidades e competências sem os recursos necessários para execução (MONTAÑO, 2005).

O Terceiro Setor materializa a relação entre público/privado por ser uma estratégia de afirmação de reconfiguração do estado capitalista. Para Peroni (2006, p. 12) “com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado”. As políticas sociais passam a ser executadas pelo público não-estatal através de duas concepções: do público que passa a ser de direito privado ou quando o Estado estabelece parcerias com instituições do Terceiro Setor.

Destarte, é ante esse contexto de redefinição do papel do Estado que a subsunção do público ao privado se materializa, sobretudo mediante as parcerias entre o Estado e as organizações sociais assentadas à lógica posta pelo “terceiro setor”.

Tomando como referência a realidade paraense, mediante os estudos sobre parcerias público-privadas desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa OBSERVE desde 1996, analisamos as implicações dessa nova sociabilidade da gestão da educação básica brasileira na qualidade do ensino público no país. Destacamos as experiências das parcerias público-privadas

realizadas no estado do Pará, via Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale e Fundação Itaú Social, materializadas nos programas “GN10”, “Amigos da Escola”, “Escola que Vale” e “Excelência em Gestão Educacional”, respectivamente.

Sem a pretensão de um estudo exaustivo dos referidos programas, aqui pontuamos somente algumas características concernentes aos seus aspectos de ordem político-pedagógica.

a) O programa Gestão Nota 10

O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve pesquisas e produz conhecimentos visando à melhoria da qualidade da educação com foco no futuro das crianças e jovens. O IAS divide seu atendimento na Educação Formal com os programas “Acelera Brasil”, “Se Liga”, “Fórmula da Vitória”, “Circuito Campeão” e “Gestão Nota10”; na Educação Complementar por meio do “Super Ação”, “Educação pela Arte”, “Educação pelo Esporte”; Educação e Tecnologia com a “Escola Conectada” e “Comunidade Conectada” e, por fim; as Brinquedotecas. Aqui a nossa discussão se reporta somente a experiência do GN10.

O Programa GN10 parte do pressuposto de que há consolidado no ensino público um princípio de ineficiência, e nessa perspectiva introduz políticas de acompanhamento dos resultados da aprendizagem dos alunos. Ressalte-se que sua atuação junto às escolas e Secretarias de Educação se efetiva promovendo um contrato de gestão onde o público perde sua essência, num processo de subordinação ao privado.

O programa GN10, está voltado para o gerenciamento das rotinas nas escolas e Secretarias para melhorar a qualidade do ensino. Para o sucesso do aluno aponta como solução escolas autônomas dentro da rede de ensino – geridas por diretores tecnicamente preparados e com apoio gerencial e pedagógico das Secretarias de Educação. Nesse sentido o GN10 trabalha com indicadores e metas gerenciais, capacitação dos profissionais em serviço e informações em tempo real, sobre os quatro âmbitos da gestão educacional: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional.

b) Programa Escola que Vale

O Programa “Escola que Vale”- PEQV é uma das formas de concretização da responsabilidade social da Empresa Vale e é fruto de uma parceria entre a sua Fundação, o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária - CEDAC e as Secretarias de Educação Municipais. Destina-se às redes municipais de ensino, a professores, diretores e supervisores que atuam junto às escolas dos anos iniciais do ensino fundamental que queiram participar de ações voltadas para o seu desenvolvimento profissional, por meio da manutenção do processo de formação profissional continuada.

O PEQV tem como uma de suas pretensões ser referência no aprimoramento de políticas educacionais, valorizar a escola diante da comunidade, dando novo sentido à cultura escolar, além de colaborar no desenvolvimento social das comunidades onde a Vale está presente.

Há ainda no diagnóstico do PEQV desafios a serem superados coletivamente no aspecto da aprendizagem, tais como: índices de aprendizagem por aluno e por escola e na frequência dos alunos. Para obter o êxito delineado o Programa aponta para a necessidade da implantação das seguintes ações na gestão educacional dos municípios parceiros: a formação inicial e critérios de seleção de professores; a remuneração diferenciada em função de resultados; o estabelecimento de metas; avaliações constantes e a definição de currículo(MARTINS,2010).

c) Amigos da Escola

O “Amigos da Escola” é um projeto desenvolvido pela empresa de comunicação Rede Globo, com o apoio do Ministério da Educação, Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, e suporte técnico do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC. Tem por objetivo incentivar a participação da comunidade na escola por meio do

trabalho voluntário de pessoas e grupos. Foi lançado em agosto de 1999, a partir do projeto “Brasil 500 Anos”, em conjunto com o Programa Comunidade Solidária.

Idealizado com o duplo objetivo de comemorar os 500 anos do descobrimento e de contribuir para a construção de um país melhor, as frentes de atuação do projeto consistem em estimular as escolas para sua abertura à comunidade; convocar a sociedade brasileira a participar de ações de voluntariado; ampliar parcerias entre a escola e os grupos organizados da comunidade; e aproximar a família e a comunidade da vida escolar. A grande meta do projeto é fortalecer a participação da comunidade, visando contribuir para a melhoria da escola e a qualidade da educação pública.

A divulgação do projeto vem ocorrendo mediante anúncios publicitários que cobrem desde os tradicionais meios de comunicação de massa até a internet e kit-adesão, em forma de mala direta para escolas públicas em todo o país, convidando-as a aderirem ao Projeto. Também como estratégia de cooperação, o “Amigos da Escola” buscou endosso das Secretarias de Educação municipais e estaduais no sentido de incentivarem as escolas a se inscreverem no Projeto.

Como estratégia de ação, pelas normas do Projeto, as escolas cadastradas devem trabalhar de forma autônoma na busca de voluntariado e parcerias, cada unidade escolar sendo responsável pela implementação do projeto no local. A fim de garantir a sustentabilidade do projeto “Amigos da Escola” tem como função desenvolver e fortalecer novas ações, bem como acompanhar ações permanentes envolvendo grupos de escolas, instituições, parceiros e voluntários.

Assim, mesmo não se constituindo em política pública, o projeto “Amigos da Escola” objetiva atingir exclusivamente a rede pública de educação, tratando-se, então, de uma política de empresa privada que objetiva interferir ou influenciar no encaminhamento de determinadas ações na escola pública.

d) Programa Excelência em Gestão Educacional

A Fundação Itaú Social foi criada em 2000 pelo Banco Itaú especificamente para estruturar e implementar os investimentos sociais da

empresa, tendo como foco programas de melhoria das políticas públicas de educação e avaliação sistematizada de projetos sociais.

Sua criação se deu a partir do entendimento, por parte do Banco Itaú, de que “a educação é um ponto-chave para o desenvolvimento da sociedade brasileira”, e dentre as tensões sociais é a que “mais diretamente impacta a relação das pessoas com o banco”. A atuação da Fundação abrange quatro áreas: Educação Integral, Leitura e Escrita, Avaliação de Projetos Sociais e Gestão Educacional. Devido à abrangência de sua atuação, a pesquisa realizada por Braga (2013) focou na análise apenas na área da gestão, no programa “Excelência em Gestão Educacional”.

Concebendo a educação como um dos principais caminhos para enfrentar os problemas sociais e econômicos do país, a Fundação Itaú destaca a gestão educacional como central nas suas ações, pois abrange “diversos aspectos do cotidiano na escola, relacionados ao trabalho pedagógico, passando por eixos da supervisão e administração escolar, além de compreender a gestão das próprias secretarias e políticas públicas educacionais” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2011).

O programa conta com materiais que subsidiam as ações de formação dos gestores municipais de educação. O principal deles é a *Coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal*, composta de três volumes. O primeiro caderno, (O Programa Melhoria da Educação no Município e as Políticas Públicas Sociais), apresenta a coleção e o programa Melhoria traz um panorama sobre a situação atual da educação brasileira. O segundo caderno, (O Planejamento Educacional em Ação), revela a metodologia de planejamento e gestão educacional proposta pelo Programa e o terceiro caderno, (Cotidiano do Gestor: Temas e práticas), aprofunda temas relacionados à gestão pública educacional.

3 AS IMPLICAÇÕES DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA GESTÃO E NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARÁ

O Pará destaca-se pela 6ª pior nota entre todos os Estados brasileiros, segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) de 2013. Os resultados de 3,1 em média, nos anos finais do Ensino Fundamental e de 2,8

no Ensino Médio posicionam o ensino paraense em uma situação bastante complicada, uma vez tomados estes índices como referência. Ainda de acordo com o dados do IDEB, apenas três municípios³ paraenses, das redes públicas municipais, tiveram notas superiores a 5,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Mesmo relativizando-os em decorrência do tipo de avaliação em larga escala, a apresentação dos dados evidencia problemas na qualidade da educação paraense, principalmente em elementos que compõe os indicadores, quais sejam: o fluxo escolar, estrutura dos prédios, o acesso e permanência (com sucesso) dos alunos na escola etc., ainda vivenciamos problemas graves, embora reconhecendo avanços, principalmente no que diz respeito ao acesso dos alunos a um processo de escolarização, (quase) universalização do ensino fundamental público, avanço no atendimento da educação infantil etc., com elevação do número de alunos frequentando as escolas do ensino fundamental, em decorrência dentre outros fatores, do Programa de distribuição de renda do governo federal, como o Bolsa Família (SANTOS, 2013).

Para Pojo (2012) a educação no Pará, assim como no restante dos estados brasileiro, vivenciou a partir dos anos de 1990 um movimento de transferências de matrículas, escolas, convênios e prédios escolares para as Prefeituras Municipais como reflexo de um processo de desresponsabilização financeira dos Estados e da União do que propriamente uma determinação ou mesma uma formalização legal. O exercício de colaboração entre Estados, União e Municípios mostrou-se uma falácia uma vez que o processo de municipalização foi reduzido a essa simplória transferência que envolveu equipamentos, matrículas, professores, prédios e uma dinâmica que assolou ainda mais os municípios no caos educacional.

Quanto à distorção idade-série, que tem como uma de suas principais consequências mais perversas, o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos regulares, observa-se uma situação bem pouco animadora, a considerarem-se os resultados das avaliações nacionais, de larga escala, do Ensino Fundamental. Veja-se que a distorção idade-série foi de

³ Esses municípios são: Dom Eliseu (5,2), Ourilândia do Norte (5,2) e Ulianópolis (5,1), todas na região sudeste do Estado.

34,5% no Brasil, e na Região Norte de 34,8% e, no Pará, especificamente, em 39,9%, ou seja, uma média bem maior que a da região Norte do País.

Em tese, todos os alunos deveriam concluir a 8ª série/9º anos aos 14 anos e o Ensino Médio aos 17, entretanto, a discrepância ainda é muito acentuada, assim como os custos da reprovação contínua, o que tem sido justificado como uma das razões para a celebração das parcerias público-privadas no estado do Pará.

Com efeito, a educação paraense vivencia um momento nada animador, do ponto de vista da qualidade da educação referenciado pelo IDEB, mas que tem um longo caminho a percorrer se desejar alavancar os atuais índices de desempenho educacional.

Em 2022, 70% ou mais dos alunos matriculados terão aprendido o que é essencial para a sua série, é a grande meta. O atual contexto nos indica que a escola continua sendo um espaço de contradições e de disputa de projetos que a todo custo tentam se impor e isso é constatado pela adoção de projetos implantados na escola sob a ótica do capital, incluindo-se, nesse âmbito, vocabulário e práticas efetivas de como eficácia, eficiência, controle de processos e dados, mensuração, competência etc., se constituem nos aspectos teórico-metodológicos advogada por esses contratos e convênios, a exemplo das ações demandadas pelo IAS, por meio do GN10, imprimindo a lógica empresarial na escola (SANTOS, 2013).

Entretanto, como a educação é parte de uma sociedade contraditória, ela é constitutiva e constituinte, não existe uma relação linear entre a situação educacional e a celebração das parcerias, mas se insere em um contexto de disputas e tensões, próprias desta sociedade, onde o Estado tenta, utilizando-se das parcerias publico-privadas, colocar o País e a educação no patamar dos países “desenvolvidos” (a exemplo da Finlândia), a considerarem-se as metas a serem cumpridas, como a de 95% de aprovação, frequência de alunos de 98%, por exemplo (SANTOS, 2013).

No município de Santarém/PA, a pesquisa realizada por Sousa (2013) com foco no “Programa Gestão Nota 10” não identificou a ocorrência da gestão democrática nas escolas. Porém, além de introduzir conceitos de mercado no setor público educacional, estimulando a concorrência entre turmas e escolas, a

parceria serviu também para alimentar esses setores privados com dinheiro público em troca da aplicação de algumas técnicas de gestão gerencial no setor educacional. Intensificou-se em cima do trabalho do professor a responsabilização pelos resultados a serem alcançados, criando uma situação em que não é permitido o descumprimento das metas sob a pecha da incompetência ou, mesmo que velada, sob a advertência de passar por alguma medida administrativa, caso verificado que o “problema foi o professor”. Isso ocasiona uma prática de “alçamento” dos indicadores que nem sempre expressam a situação real em que se encontra a educação.

Em suma, o estudo de Sousa (2013) demonstrou que enquanto permanecer tal prática, a possibilidade de uma formação para a cidadania nas escolas paraenses fica diminuída. Pois, parece haver mais espaço para o adestramento de um espírito competitivo do que espaço para o desenvolvimento crítico visando favorecer a criação de um ambiente capaz de proporcionar a percepção de toda essa problemática que se encontra envolta pela ideologia de mercado no setor educacional.

Já para Martins (2010) a introdução da parceria público-privada, por intermédio do Programa “Escola que Vale” na realidade barcarenense afetou a já frágil estrutura do município permeada por fracos indicadores de qualidade na gestão educacional. E à medida que os princípios do PEQV foram absorvidos pela Secretaria de Educação e transformados em linha de ação para toda a rede municipal, verificou-se que tal ação encontrou terreno fértil em virtude da ausência de uma política educacional efetiva no município. Observou-se, ainda, que a parceria tinha como principal responsabilidade a focalização de suas ações na melhoria dos índices do ensino fundamental, desconsiderando a educação infantil, prioridade constitucional de atuação do município. Destaque-se também que a proposta de formação contínua institucionalizada esse Programa no município tende a uma desqualificação dos professores, em decorrência das prescrições detalhadas, além da não participação dos docentes na elaboração da proposta. Revelou-se, portanto, que com a implementação da parceria um considerável grau de interferência da Fundação Vale, uma entidade privada, caracterizando o gradual processo de subsunção do público ao privado.

No tocante as implicações do Programa “Excelência em Gestão Educacional” na gestão da escola pública paraense, Braga (2013) demonstra que o modelo de gestão defendido pela Fundação Itaú para a educação brasileira não contribui para a democratização das relações de poder na escola e conseqüentemente para a formação da cidadania.

As análises desenvolvidas por esse autor mostraram que o modelo de gestão defendido pela Fundação Itaú para a educação brasileira é o das escolas *charter* americanas, escolas financiadas pelo setor público, mas administradas pelo setor privado. Tais escolas são apresentadas como tendo melhorado significativamente os índices educacionais nos EUA. No entanto, constatou-se que a realidade concreta não condiz com a apresentada pelo Programa Excelência em Gestão, pois o modelo de gestão baseada nos parâmetros do mercado, que associa conceitos como qualidade, participação, descentralização, autonomia e avaliação à ideia de gerenciamento de recursos com vista à produtividade do sistema educacional, não foi capaz de melhorar o sistema educacional americano. Muito pelo contrário, agravou ainda mais a crise da educação pública naquele País.

No Brasil as experiências nesse sentido revelaram que as mesmas adotam na sua gestão padrões gerenciais trazidos do mundo empresarial. Braga (2013) afirma ainda que nessas escolas não existe autonomia pedagógica, pois o projeto pedagógico é elaborado de acordo com critérios de produtividade definidos previamente pelo órgão responsável pela implantação dessas escolas. A participação que se desenvolve nesse contexto não passa de um mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões que são tomadas de cima para baixo.

Já para Garcia (2009) o programa “Amigos da Escola” incentiva tão somente uma participação ressignificada nos termos de uma solidariedade voluntária e apolítica, descompromissada com a qualidade do ensino público.

3 CONCLUSÃO

A partir da análise das pesquisas realizadas pelo Grupo OBSERVE pôde-se constatar que a concepção de educação que subjaz às parcerias público-privadas é de caráter mais técnico, como uma atividade burocrática, em que se utilizam ferramentas tecnológicas, bom acompanhamento e monitoramento para estimular as escolas a competir entre si por indicadores positivos de “eficiência” (SANTOS, 2013).

Com isso, a preocupação com uma educação mais crítica, emancipadora, voltada para a reflexão e liberdade, e que efetivamente possam desenvolver condições de decifrar o mundo e seus códigos e que possam ser partícipes de suas formações para a cidadania, parece não se coadunar com a lógica gerencial incorporada nas escolas por meio das parcerias público-privadas na realidade paraense. Há uma corrida desenfreada pelo alcance dos “indicadores de qualidade”, como se indicadores numéricos se bastassem para indicar uma educação de qualidade.

A prática da gestão democrática nesse cenário traçado pelas parcerias, com a incorporação da lógica gerencial nas escolas tem se mostrado inoperantes. As parcerias vêm contribuindo para o fortalecimento de uma formação para a conservação das desigualdades e excludências, parece que já naturalizadas, que depende de cada um individualmente para superá-los, com os princípios regidos pela “gestão gerencial” que, mesmo não se concretizando totalmente, consegue atingir o cotidiano escolar, alterando-o, passando a introduzir conceitos e ditames próprios do mundo competitivo mercantil, numa corrida desenfreada pelo alcance de resultados, do sucesso, transformando a educação numa atividade meramente burocrática a fim de atingir as metas.

O conceito de “qualidade” defendido pela lógica das parcerias público-privadas parece se situar no campo mais abstrato, formal, que tem a ver com o alcance de metas quantitativas, decorrentes dos exames de larga escala aplicado pelo governo federal. Está associado à ideia de gerenciamento de recursos com vista à produtividade do sistema educacional, sem aliar-se, contudo, ao processo ensino-aprendizagem em sua dinâmica, que é acompanhado pelo professor em

sala de aula, por meio de avaliação contínua e emancipatória, que busca verificar o crescimento do aluno.

Importante frisar que não nos colocamos contra os indicadores educacionais, a que os governos tem direito de construir a partir de coleta geral, mas, que sozinhos não podem permitir uma avaliação segura da educação e que a entenda em sua complexa processualidade.

Não concordamos com o uso do fundo público para custear ações do privado, ou como se chama hoje com o alargamento desse público, o “público não-estatal”, incorporado a partir da Reforma do aparelho estatal de 1995, porque quem se diz ter responsabilidade social deve patrocinar suas ações, em benefício do público. Mas, o principal a ser destacado na relação público-privado, é a penetração da lógica empresarial na escola pública. Isto porque a escola deve formar para a cidadania, para a liberdade, para a acritica e não para que seus alunos se transformem em empreendedores, com o discurso falacioso vigente apregoa.

Entendemos que as parcerias em si não são nocivas e devem ser encaradas pelo Estado como reforços e não podem substituí-lo, em sua função social. Pois instituições privadas e/ou organizações não-governamentais podem até contribuir para as mudanças na educação, desde que sejam encaradas como auxílio às escolas públicas, nas quais a comunidade escolar é quem deve decidir o que está precisando em sua escola e quais seus interesses e não ao contrário, uma vez que os entrevistados das escolas pesquisadas se mostraram conscientes das dificuldades e precariedades do ensino oferecido e das condições causadoras da situação (SANTOS, 2013).

Assim, conclui-se que, no estado do Pará, as parcerias público-privadas, via Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale e Itaú Social, materializadas nos programas “GN10”, “Amigos da Escola”, “Escola que Vale” e “Excelência em Gestão Educacional”, que se propunham a promover melhorias na qualidade da educação básica nos municípios paraenses, têm se constituído em ações incipientes no tocante a incrementar ações efetivas para a construção da gestão democrática nas escolas, na medida em que têm colaborado para o acirramento da responsabilização dos gestores e professores pelo sucesso ou insucesso da educação nesses municípios.

No que se refere aos reflexos na qualidade da educação, os estudos mostram que, assentada na lógica empresarial, a questão da qualidade tem sido compreendida apenas como mecanismo de adaptação e ajuste ao mercado, privilegiando-se apenas as dimensões técnica, gerencial e pragmática, mensuráveis por meio dos indicadores oficiais, em detrimento da qualidade numa perspectiva política, sociológica e crítica, capaz de abarcar a complexidade das relações contraditórias do processo de produção e reprodução capitalista e assim fomentar elementos para uma prática educativa emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonio Sousa. **Financiamento do Ensino Médio Público no Estado do Maranhão no período de 1996 a 2006: possíveis efeitos da política de focalização.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

BRAGA, Simone Bitencourt. **O Público e o privado na gestão da escola pública brasileira: um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Reescrevendo histórias: Relatório Anual.** São Paulo: Leograf Gráfica e Editora, 2011.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARCIA, Maurício Luis Silva. **Implicações do terceiro setor no debate da gestão democrática: um estudo a partir do Programa “Amigos da Escola”.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

MARTINS, Mônica Alcântara. **O público não-estatal na gestão da educação básica de Barcarena (PA).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2010.

MELO, Adriana A. S. de. O projeto neoliberal e sociedade e de educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Cap. 7, p. 185-204.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal. OLIVEIRA, R. T. C., FERNANDES, M.D.E. **Estado e Terceiro Setor; as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira**. Educação & Sociedade (impresso), v. 30, p.761-778, 2009.

_____, V. M. V. **As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais**. Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional Administração da educação e políticas educacionais: justiça e desigualdades. nº 7. Programa de pós-graduação Universidade Tuiuti, Curitiba PR, 2009.

_____, Vera M. Vidal. **Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública**. In ECCOS: Revista Científica. Vol. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006.

_____, V. M.V. **Descentralização da Educação no Contexto da Redefinição do Papel do Estado no Brasil dos anos 90**In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2001, Campinas. HISTEDBR. Campinas: UNICAMP, 2001.

POJO, Oneide. **As parcerias com a iniciativa privada e a melhoria da "qualidade" da educação**. IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação e IV Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Pará (ANPAE Norte). Santarém/PA, 2012.

SANTOS, Terezinha Fátima Monteiro dos (Coord.). **Parcerias público-privadas na educação paraense. Relatório Final**. Belém: Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática – OBSERVE,UFPA, 2013.

_____, Conversas sobre a gestão da autonomia financeira como política de descentralização na escola pública. In: GEMAQUE, Rosana Oliveira; LIMA,

Rosângela Novaes; ARAÚJO, Ronaldo Marcos, et al. **Políticas Públicas Educacionais: o governo Lula em questão**. Belém: CEJUP, 2006.

_____, Gestão educacional, democrática e controle social. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira. **Políticas de educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

_____, **Conversas impenitentes sobre gestão na educação**. Belém:EDUFPA, 2008.

SOUSA, Walter Lopes de. **O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém-PA**. Tese (Doutorado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.